

A renovação dos créditos

Empenhado numa guerra com os credores estrangeiros, o ministro Dilsón Funaro expediu seu primeiro boletim de combate, em que comunica sua vitória na batalha de 31 de março. Todos os bancos credores, diz o comunicado, renovaram suas linhas de crédito de curto prazo. Após dar conta dessa vitória inicial, o ministro da Fazenda já anuncia uma nova ofensiva, destinada a impor aos credores um programa econômico quadrinial, em cujos termos deverão comprometer-se a fornecer anualmente ao Brasil quatro bilhões de dólares a título de *new money* e a reduzir o *spread* que cobram e que, a seu ver, é uma taxa de risco que quase não se justifica exigir de um país como o nosso, que tem o poder de sujeitar os credores à sua vontade...

A leitura do comunicado de guerra divulgado pelo ministro transporta-nos ao crepúsculo da última guerra mundial e nos faz lembrar os boletins que eram então publicados pelo governo nazista de Berlim. O sr. Dilsón Funaro, com o beneplácito do pró-consul Ulysses Guimarães, convidou a Nação a ingressar no reino da fantasia e a viver numa atmosfera de sonho.

Convém esclarecer, primeiramente, que, embora os bancos estrangeiros (não se sabe, realmente, se foram todos) tenham renovado suas linhas de crédito que venciam em 31 de março (é bom lembrar que existem outras a vencer), nenhum deles respondeu até agora ao telex em que o comitê de assessoramento lhes transmitia o pedido de prorrogação por 60 dias, de tais linhas de crédito, apresentado pelo governo brasileiro. Aliás, é o próprio ministro da Fazenda quem informa que a grande maioria dos bancos prorrogou apenas por 30 dias aquelas transações. Deve-se recordar que, inicialmente, o presidente do Banco Central havia pleiteado uma prorrogação por 90 dias e que os banqueiros que integram o comitê de assessoramento o aconselharam a reduzir suas ambições para apenas 30 dias. Agora, verifica-se que a grande maioria dos bancos renovou a operação apenas por 30 dias, sem acatar o pedido oficial do governo brasileiro, o que representa, na verdade, uma derrota. Quando se trata de operações interbancárias, a renovação por 30 dias gera constrangimento, pois o banco brasileiro que recebe tais recursos por intermédio de suas filiais no Exterior não pode operar por prazo superior a esse, ra-

zão por que se reduz consideravelmente o interesse desses depósitos, cuja volatilidade os torna inúteis. Para as linhas de crédito referentes ao comércio internacional, o prazo de 30 dias é também inútil, pois não chega nem a cobrir a duração do transporte marítimo das mercadorias compradas. Tais operações exigem, na verdade, 90 dias de prazo, pelo menos, embora o ideal seja 180 dias. Ora, somente três estabelecimentos de crédito concederam esse prazo.

Não é de estranhar o fato de a grande maioria dos bancos haver assentido na renovação de suas linhas de crédito. Não fizeram mais do que proceder com realismo. Se as linhas, no montante de 15 bilhões de dólares, tivessem sido cortadas, o Brasil, cujas reservas não vão além de 3,5 bilhões (dos quais 1,1 bilhão já está comprometido com o Fundo Monetário Internacional), não teria condições de honrar seus compromissos e se tornaria insolvente. Se isso ocorresse, aos bancos credores só restaria entrar em desgastantes processos de apreensão dos bens brasileiros no Exterior, cujo valor não daria para ressarcir os prejuízos. Além disso, porém, as operações de curto pra-

zo com o Brasil constituem boa fonte de lucros, pois os juros são altos. Enquanto o governo brasileiro mantiver em dia o pagamento dos juros sobre essas dívidas, os bancos terão interesse em tais operações, sem todavia assumir nenhum compromisso.

O País venceu esta batalha graças à cumplicidade dos inimigos, que o aguardarão num terreno mais acidentado para decidir a sorte da guerra iniciada por nosso governo. Agora, o País encontra-se em situação incôfortável para pleitear recursos da ordem de quatro bilhões de dólares anuais (que até nos parecem insuficientes) nos próximos quatro anos. Renovar créditos por curto prazo, que rendem juros, não é o mesmo que fornecer novos recursos por longo prazo, com juros cujo pagamento se acha suspenso.

A iniciativa está outra vez com os credores estrangeiros, que exigirão do Brasil garantias antes de iniciar negociações que serão demoradas. O ministro da Fazenda, que parece apreciar as operações bélicas, deveria mergulhar na leitura de tratados de estratégia antes de cantar vitória num combate que arrasta o País a um terreno em que se acha muito a descoberto.